

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

A aplicação da *disregard doctrine* aos grupos econômicos de fato: a teoria tridimensional do Direito de Miguel Reale como fundamento teórico-jurídico legitimador

Arlete Inês Aurelli, Renato Vaquelli Fazanaro	17
Introdução	18
1 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	19
1.1 A importação brasileira.....	21
1.1.1 A positivação no Código Civil.....	23
2 Os grupos econômicos de fato	25
2.1 O entendimento jurisprudencial	30
2.1.1 A motivação retórica das decisões judiciais.....	36
3 A teoria tridimensional do Direito de Miguel Reale	38
4 A teoria tridimensional do Direito como fundamento para o reconhecimento em juízo dos grupos econômicos fraudulentos	44
Conclusão	46
Referências	47

Medidas atípicas de execução e o modelo constitucional de processo: uma análise do art. 139, IV, do CPC à luz dos parâmetros constitucionais no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Carine Emille dos Santos, Rainer Bomfim, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia	51
1 Introdução	52
2 Modelo constitucional de processo.....	52
3 Estudo do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015.....	55
3.1 Natureza jurídica das medidas executivas atípicas.....	56
4 Análise das aplicações do artigo 139, inciso IV, do CPC no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	59
4.1 Metodologia utilizada na busca dos julgados.....	59
4.2 Decisões monocráticas acerca do art. 139, IV, do CPC no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	60
4.3 Acórdãos proferidos acerca do art. 139, IV, do CPC no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	61
5 Conclusão	65
Referências	66

Publicismo e privatismo no Direito Processual Civil na lição de José Carlos Barbosa Moreira

Christiano Alves Monteiro de Castro, Renata Christiana Vieira Maia	73
Introdução.....	73
1 Breve panorama do pensamento privatista e publicista do processo civil.....	75

2	A temática do publicismo e do privatismo pelas lentes de José Carlos Barbosa Moreira	77
3	Fatores que exercem influência na construção política de um sistema processual	79
4	Considerações sobre os poderes de direção e instrução conferidos ao órgão judicial	81
4.1	Os poderes de direção do juiz	81
4.2	Os poderes instrutórios do juiz	85
4.2.1	A importância de se atribuir ao magistrado poderes instrutórios	85
4.2.2	Contra-argumentos às críticas tecidas pela doutrina liberal aos poderes instrutórios do juiz	87
4.2.3	Constatações sobre o exercício dos poderes instrutórios pelo juiz no processo civil brasileiro	90
5	Considerações finais	91
	Referências	92

Discovery norte-americana entre dois mundos: comparações e tendências

Diego Martinez Fervenza Cantoario	93	
1	Introdução	93
2	A estrutura do processo norte-americano em comparação com os ordenamentos da Europa continental: distinções necessárias	94
2.1	A fase da preparação da demanda nos Estados Unidos e seus antecedentes históricos	95
3	Custos com a <i>discovery</i>	99
4	Finalidade da <i>discovery</i>	100
5	Objeto da <i>discovery</i>	102
6	<i>Material prepared for Litigation: the “work-product” doctrine (Rule 26(b)(3))</i>	106
7	<i>Mandatory disclosures</i>	107
8	<i>Pretrial conferences</i>	110
9	Técnicas de produção da <i>discovery</i>	114
9.1	<i>Expert information</i>	114
9.2	<i>Oral depositions and depositions on written questions</i>	116
9.3	<i>Request for production of documents and inspect things (Rule 34)</i>	120
10	Conclusão	121
	Referências	123

A efetividade da tutela jurisdicional e o compromisso com os escopos políticos do processo

Dionis Mauri Penning Blank, Cláudio Tessari	125	
	Introdução	126
1	Democracia, participação, processo e escopos políticos	127
2	Judicialização e direito fundamental à tutela adequada e efetiva	132
3	Ativismo judicial	137
4	Uma jurisdição que atenda aos fins sociais e às exigências do bem comum	142
	Conclusão	144
	Referências	145

O dever de cooperação no Código de Processo Civil: breve estudo a partir da ética da alteridade de Emmanuel Lévinas

Elisângela Padilha, Carla Bertoncini	149	
1	Introdução	150
2	Crise de humanismo	151
3	O dever de cooperação no Código de Processo Civil de 2015	156

4	A alteridade como pressuposto da concretização da cooperação processual.....	159
5	Considerações finais.....	163
	Referências.....	164

Os discursos das decisões judiciais

Felipe Bizinoto Soares de Pádua.....		167
1	Considerações iniciais.....	167
2	A sociedade aberta e a persistência kelseniana do intérprete autêntico	172
3	Os discursos das decisões judiciais: dentro e fora do caso	173
4	Conclusões	178
	Referências	179

A flexibilidade dos procedimentos em litígios estruturais: uma análise do destino da ADPF nº 347

Gisele Santos Fernandes Góes, Samira Viana Silva.....		183
1	Introdução.....	183
2	O litígio estrutural veiculado na ADPF nº 347	184
3	Amigo ou inimigo da corte? A participação do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle concentrado.....	189
4	Litígios estruturais em ações de controle concentrado	192
4.1	Ampliação da participação do <i>amicus curiae</i> ?.....	193
4.2	Ampliação do objeto da demanda?.....	198
5	Balizas necessárias para uma futura decisão estruturante	200
6	O caso Brown II e o destino da ADPF nº 347	203
7	Considerações finais.....	205
	Referências	206

A fundamentação de decisões proferidas em recursos repetitivos da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça: uma análise de 2016 a 2021

Guilherme Gomes Vieira.....		209
1	Introdução.....	209
2	A fundamentação das decisões judiciais	211
3	Métodos de pesquisa	216
4	Resultados e discussões.....	219
5	Considerações finais.....	233
	Referências	234

Tutelas provisórias e direito fundamental ao contraditório: um diálogo com a doutrina de Eugenia Ariano Deho acerca da teoria da tutela cautelar

Igor Raatz, Natascha Anchieta.....		237
	Introdução.....	238
1	A doutrina de Piero Calamandrei como ponto de partida teórico e as divergências quanto à “teoria da tutela cautelar”: o caráter instrumental da tutela cautelar, a autonomia da tutela cautelar e a distinção entre tutela cautelar e tutela satisfativa	239
2	A doutrina de Pontes de Miranda e Ovídio A. Baptista da Silva como ponto de partida teórico: uma alternativa à instrumentalidade qualificada de Calamandrei, e a necessária distinção entre tutela cautelar e tutela satisfativa	248
3	Da necessária distinção entre <i>pericolo di infruttuosità</i> /perigo de dano iminente e <i>pericolo di tardività</i> /perigo da demora para a compreensão das “tutelas de urgência”	258
4	Tutelas sumárias e violação do direito fundamental ao contraditório	260

Conclusão	266
Referências	267

Controle de decisões judiciais imotivadas: representação,
inconstitucionalidade e compensação por prejuízos anormais ou injustos

Juliana Melazzi Andrade	271
1 Introdução.....	271
2 Fundamentação e contraditório como direito de influência.....	272
3 Inconstitucionalidade da dispensa de fundamentação nos Juizados Especiais	275
4 Decisões vazias e instrumentos de controle	280
4.1 Representação por carência de fundamentação.....	282
4.2 Dever de motivação e o desempenho de funções específicas por magistrados nos tribunais	285
4.3 Compensação pelos riscos do processo: aplicação do art. 27 da LINDB à autoridade judicial.....	286
5 Conclusão	289
Referências	290

A reclamação coletiva como instrumento de estabilização da jurisprudência
do STJ: análise da Reclamação nº 36.476/SP

Luiz Rodrigues Wambier, Arthur Mendes Lobo, Vinícius Caldas da Gama e Abreu	293
1 Introdução.....	294
2 Da reclamação.....	295
3 A hipótese específica do art. 988, §5º, II, do CPC	299
4 A decisão na Rcl nº 36.476/SP	303
5 Perspectiva analítica do julgamento	303
5.1 Da questão da topologia na interpretação do texto legislativo.....	303
5.2 Da utilização do método interpretativo da intenção ou vontade do legislador.....	306
5.3 Da visão errônea do Superior Tribunal de Justiça como um tribunal de teses.....	309
5.4 Do silêncio em relação à posição doutrinária e à posição do Supremo Tribunal Federal.....	310
6 Soluções práticas ao indeferimento da petição inicial da reclamação ajuizada ao STJ na hipótese do art. 988, §5º, II, do Código de Processo Civil	313
6.1 Interposição de recurso extraordinário	313
6.2 Utilização do mandado de segurança em substituição à reclamação	315
7 A reclamação coletiva como instrumento de estabilização da jurisprudência	317
8 Conclusão	319
Referências	321

A utilização da decisão monocrática como ferramenta de celeridade
processual nas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Ceará

Mariana Dionísio de Andrade, Beatriz Frota Moreira, Lívia Maria Xavier Santiago da Silva	325
1 Introdução.....	326
2 O acesso à justiça através da garantia da regular duração do processo.....	328
3 A utilização da decisão monocrática no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará ...	331
4 Análise de dados	334
5 Conclusão	337
Referências	338

Da reparação fluida e dos fundos no PL nº 1.641/2021 (Nova Lei da Ação Civil Pública)

Sérgio Martin Piovesan de Oliveira	341
1 Introdução	341
2 Da reparação fluida	343
3 Medidas de reparação fluida no PL nº 1.641/2021 (Nova Lei da Ação Civil Pública)	347
4 Liquidação e execução	353
5 Dos fundos de reparação.....	358
6 Conclusões	365
Referências	367

NOTAS E COMENTÁRIOS

Má prestação da atividade jurisdicional e prerrogativas do advogado

Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias	371
Referências	376
Política Editorial.....	377
Instruções para os autores.....	379
Editorial Policy.....	381
Information for authors.....	383